

por **Antonia Colbari***

A família marcou presença na reflexão dos clássicos fundadores do pensamento social e continuou a merecer atenção dos pesquisadores contemporâneos. Nesse percurso, várias facetas da instituição família e do comportamento familiar foram descortinadas por pesquisas empreendidas sob diversos olhares e crivos conceituais que envolveram diferentes campos disciplinares, sobretudo a Sociologia, a Antropologia, a Psicologia e a Psicanálise.

Na área específica da Administração, como tema transversal, a família tem sido uma referência constante nos estudos sobre organizações, em particular quando se trata das empresas familiares. E, nesse terreno, um dos aspectos destacados é a necessidade de uma compreensão mais refinada das modalidades de família na sociedade contemporânea. O modelo teórico construído a partir da interdependência entre os ciclos da vida familiar e os ciclos de vida da empresa continua sendo uma trilha analítica fértil para entender a mudança, a sucessão e a profissionalização das empresas familiares. No entanto, com certa frequência, toma-se a família como uma referência abstrata ou no formato ainda muito impregnado pelo modelo patriarcal, carecendo de apreendê-la como instituição em constante transformação que redefine papéis, valores e significados. As diferenças geracionais não são incorporadas ou são pouco exploradas como uma variável significativa para entender a dinâmica das empresas familiares.

Também nos estudos sobre o trabalho, a reflexão sobre famílias e gerações é decisiva, na definição tanto de modelos de gestão quanto de estratégias de qualificação e treinamento. Recentemente, em uma palestra sobre as demandas atuais de formação profissional, realizada na Federação das Indústrias do Espírito Santo, um representante da área de Recursos Humanos da Companhia Siderúrgica de Tubarão foi claro ao afirmar a necessidade de conhecer melhor o perfil, as expectativas e os valores dos jovens que estão ingressando no mercado de trabalho. As estratégias de gestão, sobretudo as práticas de motivação, não podem ignorar as mudanças geracionais, uma evidência de que a socialização na empresa não se processa alheia às mudanças de valores e de comportamentos ocorridas na sociedade, principalmente entre as novas gerações.

A publicação pela Editora FGV da coletânea *Família e Gerações*, organizada pela professora Myriam Lins de Barros, é mais uma oportunidade de revitalizar o debate sobre uma velha instituição que se reconfigura com o suceder das gerações e sob o impacto das mudanças demográficas, econômicas e culturais que redefinem padrões de comportamento, valores e representações sociais.

Apesar do fio condutor — família e geração —, tendo as cidades como cenário comum, os seis estudos da coletânea, realizados por pesquisadores da área de Sociologia, Antropologia e Psicologia, resgatam analiticamente uma diversidade de experiências e situações típicas de diferentes gerações e em diferentes contextos sócio-espaciais. Captam processos e significados que demarcam os perfis das gerações, bem como as singularidades de suas relações com as cidades que, por sua vez, vivenciam um movimento próprio de mudanças na sua configuração espacial e na reelaboração dos significados do “viver na cidade e viver a cidade”.

A propósito, no capítulo *Gênero, cidade e geração: perspectivas femininas*, Myriam Lins de Barros vale-se da narrativa de duas gerações de mulheres — jovens universitárias e “mulheres velhas” — para evidenciar as relações entre a descoberta de novos espaços da cidade e a de novos espaços sociais, o que, na fala das jovens, está associado ao processo de autonomia em relação à família e

* Prof^a UFES

à comunidade e, também, ao crescimento intelectual proporcionado pelo acesso ao ensino superior; e, nas lembranças das “mulheres velhas”, à abertura de novas formas de sociabilidade.

O texto recompõe uma teia de relações que envolvem a experiência de viver situações etárias revestidas de especial significação e de visibilidade crescente na sociedade contemporânea. Se as gerações têm a oportunidade de conviver com uma pluralidade maior nas formas de ser jovem ou ser velho, isto revela que a idade, além de referência cronológica para estratificar a população e afirmar direitos e deveres associados às fases da vida, configura também estilos de vida demarcadores de fronteiras e de identidades — ser jovem ou ser da “terceira idade”.

As jovens mulheres universitárias se sentem contemporâneas de sua época ao demarcar o tempo entre o “mundinho” — expressão usada para designar a rede de relações familiares de fronteiras mais fechadas que pautavam suas experiências de vida antes do ingresso na universidade — e a etapa seguinte, quando os horizontes se ampliaram e elas passaram a “ter consciência” e “ser consciente”. Já as mulheres mais velhas reconhecem as possibilidades abertas pelo presente, mas se referem ao passado como “meu tempo”, uma alusão clara de que, apesar do eufemismo “terceira idade”, o tempo de cada um é o tempo da juventude e da vida produtiva e reprodutiva.

São indicações interessantes para refletir se a recente glamourização da “terceira idade” não é um recurso para recompor um universo de significações positivas associadas à população que envelhece em uma sociedade que idolatra a juventude. Ademais, a invenção da “terceira idade”, mais do que uma expressão do “politicamente correto”, parece fazer sentido na delimitação de uma fase da vida, intercalada entre a aposentadoria e a velhice, em que pode ter cessado a vida produtiva e reprodutiva, mas permanecem as oportunidades de uma vida ativa por meio de novas formas de sociabilidade, seja nos espaços de lazer ou nas atividades comunitárias. Essa nova categoria social reflete as mudanças no perfil demográfico da sociedade brasileira e, também, a ação das políticas de gestão das populações das instituições públicas e privadas.

No capítulo *As negociações no espaço doméstico: construir a “boa distância” entre pais e jovens adultos coabitantes*, Elsa Ramos analisa, no contexto de uma sociedade individualista, no caso a francesa, o fenômeno de se “tornar adulto sem passar à idade adulta”, evidenciando um processo que permite a construção da autonomia do indivíduo sem passar pela independência. A coabitação intergeracional ocorre tanto pelo prolongamento da fase da juventude, pelo aumento da escolaridade e pela inserção tardia no mercado de trabalho, mas é também uma opção do jovem adulto de continuar desfrutando da casa dos pais sem ter que abrir mão de sua autonomia. Nesse caso, a convivência com os pais demanda uma negociação em torno de alguns aspectos, como a preservação da ordem da casa, e certas restrições em torno do consumo de drogas e da vida sexual fora do espaço exclusivo do jovem adulto que “constrói sua casa na casa dos pais”. O equilíbrio da convivência geracional decorre de uma aceitação tácita de que às diversas idades estão associadas práticas legítimas.

De fato, esse perfil de jovem adulto me parece uma decorrência inevitável da atuação da própria família, detectada desde o momento em que os pais reservam, no espaço da casa, um reduto exclusivo do filho, visto como necessário ao aprendizado da organização do próprio espaço e ao domínio de si mesmo.

Em *Mulheres, corpo e performance: a construção de novos sentidos para o envelhecimento entre mulheres de camadas médias urbanas*, Andréa Moraes Alves analisa dois grupos de mulheres de “terceira idade”: as “dançarinas”, que aderem ao “culto ao corpo” e freqüentam os bailes como formas de sociabilidade e de busca de oportunidades de realização da afetividade e da sexualidade; e as “mulheres católicas”, que se dedicam ao apoio leigo à Igreja Católica e às atividades assistenciais. Em ambos os grupos, a “terceira idade” pode ser vista como um estilo de vida que define identidades na vida adulta, nas fases em que os filhos estão criados e a aposentadoria extinguiu os vínculos com o trabalho fora do lar. A

militância político-religiosa e a presença nos bailes testemunham uma vida que não se restringe ao espaço doméstico, mas que se faz atuante no espaço público, o que fortalece o sentimento de permanecer ativa nos processos sociais, continuar fazendo escolhas, construindo relações e redefinindo a própria identidade e os sentidos da vida. Por isso, as dançarinas temem a incapacidade física, e as militantes, a “perda da consciência”, o que as privaria ou dos espaços de sociabilidade demarcados pelas atividades de lazer, ou de um projeto de trabalho e de atuação na vida pública.

Em *Transmissão geracional e família na contemporaneidade*, Maria Lúcia Rocha-Coutinho retoma a reflexão sobre família e relações intergeracionais à luz de estudos clássicos sobre a formação da sociedade brasileira, como os de Gilberto Freyre e de Antonio Cândido, e de autores contemporâneos, como Giddens e Stuart Hall, que abordam de maneira inovadora temas antigos como a tradição e a formação das identidades. No percurso que vai do modelo de família patriarcal, em que a autoridade do pai se impõe incontestemente, ao modelo de família fundado na intimidade e nos afetos, em que a negociação pauta as relações entre os membros da família, a autora analisa as mudanças das relações familiares, nos modelos identitários e nas representações que redefinem as relações entre as gerações.

Parry Scott, em *Gerações, comunidades e o Programa Saúde da Família: reprodução, disciplina e a simplificação administrativa*, analisa o Programa de Saúde da Família em Recife (PE). Destaca como as percepções simplificadas das relações familiares e comunitárias vigentes entre os administradores e profissionais envolvidos no programa facilitam a atuação técnica pautada pela racionalidade da “lógica médico-sanitária e biológica”. Ao privilegiarem determinados grupos com base em critérios biológicos acabam por operar com uma concepção limitada do ciclo da vida, que ressalta a reprodução. A ênfase nos eventos e nas referências biológicas em detrimento das relações e significados que a comunidade associa à geração, idade, maturidade, e que pautam a convivência do grupo, impede a percepção da complexa integração entre os idosos e seus familiares, a “contextualização comunitária e de parentesco na interação entre todos”. Observa-se a tensão entre a racionalidade técnica dos profissionais e a “ordem moral da família”, típica dos setores populares submetidos à situação de pobreza e de exclusão, tal como se verifica nas comunidades atendidas pelo referido programa.

No último artigo, *Casa, família nuclear e redes sociais em bairros de trabalhadores*, Simoni Lahud Guedes e Michelle da Silva Lima partem da casa como “patrimônio material e simbólico” e analisam as relações entre família nuclear, rede de parentesco e vizinhança em bairros de trabalhadores. Desvendam a lógica cultural que preside as relações amistosas e conflituosas estabelecidas entre as famílias e os agentes sociais, sobretudo a cooperativa habitacional financiada por uma organização não governamental e operacionalizada pelo “regime de mutirão familiar da mão-de-obra”, o qual impõe a obrigação de todos os núcleos familiares participarem com trabalho na construção das casas. Além da exploração do tema família, o estudo desperta interesse pela análise da organização de uma cooperativa que funciona na troca de trabalho; pressupõe uma “organização comunitária” assentada em uma nova rede de relações que convive com aquelas mediadas pelos laços de parentesco e de vizinhança. Nesse aspecto, é possível identificar alguma semelhança com a situação analisada no artigo anterior, ou seja, a complexidade das relações firmadas entre segmentos da população carente e as agências que organizam e implementam políticas públicas. São casos que ilustram as tensões entre a racionalidade organizativa e os valores da cultura popular, entre a lógica institucional e a visão de mundo, o projeto de vida e a forma peculiar como as famílias se inserem nas redes de parentesco e de vizinhança.

O breve percurso por esses artigos reitera a importância de análises que, centradas na família e nas gerações, descortinam temas amplos e pontuais — como individualismo, mudanças no perfil demográfico, mercado de trabalho, democratização da educação, mudanças no espaço e nos valores urbanos, representações sociais e identidades, entre outros — que, por sua vez, perpassam

vários campos do conhecimento e da intervenção social, incluindo a produção intelectual e a prática na área da administração privada e da pública.

Inserida em um universo de múltiplas faces e recortada por diversas disciplinas científicas, a família preserva a sua condição de instituição relevante na configuração da sociedade contemporânea. Reveste-se de uma complexidade desafiadora, pois em suas diversas modalidades reflete os novos padrões de relações sociais e as mudanças simbólico-culturais. Alimenta representações ambíguas, sendo ainda criticada como instituição da ordem, do controle e da integração dos indivíduos aos papéis sociais legítimos, mas é, também, cobrada por ser incapaz de garantir satisfatoriamente a socialização das novas gerações e ser negligente no exercício de funções afetivas e materiais. No terreno das organizações, essa ambigüidade também se faz presente: a família ora é associada ao padrão tradicional de gestão e à matriz cultural paternalista, inimiga do profissionalismo gerencial, ora é parceira na construção de referências éticas e de imagens positivas que nutrem a esfera da cultura organizacional.

Por fim, ainda que na forma de um breve registro, cabe destacar o lugar da família nos contextos sociais em que a cultura pública empalidece frente à fragilidade das identidades coletivas e à exaltação da individualidade, da vida privada, da intimidade e da subjetividade.